

Maio

- [10] **Evento: "Psicanálise, ética da cura e sublimação"**
Docente: Maria Rita Kehl
Local: Rua Almirante Pereira Guimarães, 378 - Pacaembu, São Paulo, SP.
Horário: 09h às 12h
Informações e inscrições: (11) 3864-2330 / 3865-0017; Email: cep@centropsicanalise.com.br
www.centropsicanalise.com.br
- [23] **Cinema, Psicanálise e Cultura: "Um enigma no divã", de Jean-Jacques Beineix**
Comentador: Karin de Paula Slemenson. Local: Rua Almirante Pereira Guimarães, 378 - Pacaembu, São Paulo, SP.
Horário: 19h. Informações e inscrições: (11) 3864-2330 / 3865-0017; Email: cep@centropsicanalise.com.br
www.centropsicanalise.com.br
- [30] **Debate: "Conexão - Psicanálise e Trabalho"**
Com: Edu Alvaro Manso Bastos, Seiji Uchida e Selma Locman
Local: Rua Almirante Pereira Guimarães, 378 - Pacaembu, São Paulo, SP. Horário: 20h
Informações e inscrições: (11) 3864-2330 / 3865-0017; Email: cep@centropsicanalise.com.br
www.centropsicanalise.com.br
- [30 e 31] **I Jornada de Saúde Mental da Mulher**
Realização: Pró-Mulher e Ambulatório de Bulimia e

Transtornos Alimentares (AMBULIM), do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP.
Local: Anfiteatro do Hospital Sírio Libanês - Rua Dona Adma Jafet, 91, São Paulo, SP.
Horário: Sexta-feira: 19:30h às 22h Sábado: 9h às 16h
Informações: (11) 3069-6975
Email: ambulim@hcnet.usp.br
Site: www.ambulim.org.br

Junho

- [07] **Curso Breve: "A história da Psicanálise na formação e no trabalho do psicanalista"**
Docente: Renato Mezan
Local: Rua Almirante Pereira Guimarães, 378 - Pacaembu, São Paulo, SP. Horário: 09h30 às 12h30 e 14h às 17h.
Informações e inscrições: (11) 3864-2330 / 3865-0017; Email: cep@centropsicanalise.com.br
www.centropsicanalise.com.br
- [17] **Audiodisual - Para conhecer Melanie Klein**
Coordenação: Rubens Riveras Valverde. Local: Rua Almirante Pereira Guimarães, 378 - Pacaembu, São Paulo, SP.
Horário: 17h30 às 19h
Informações e inscrições: (11) 3864-2330 / 3865-0017; Email: cep@centropsicanalise.com.br;
www.centropsicanalise.com.br

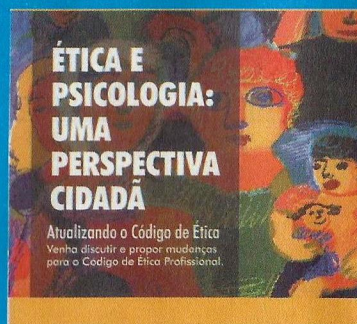
- [27] **Debate: "A nova tradução de Freud para o português: até onde irá a reforma terminológica?"**
Com: Luiz Alberto Hanns, Luiz Roberto Monzani e Maria Cristina Rios Magalhães
Local: Rua Almirante Pereira Guimarães, 378 - Pacaembu, São Paulo, SP. Horário: 20h
Informações e inscrições: (11) 3864-2330 / 3865-0017; Email: Cep@centropsicanalise.com.br;
www.centropsicanalise.com.br

Setembro

- [5, 6 e 7] **1º Congresso Brasileiro de Saúde Mental e Qualidade de Vida em Nefrologia**
Local: Rua Botucatu, 740, São Paulo, SP. Horário: 08h às 17h
Informações e inscrições: (11) 5574-6300; Email: psiconefro@nefro.epm.br;
Site: www.unifesp.br/demed/nefro/psiconefro
- [17, 18 e 19] **II Congresso Latino-Americano de Dinâmica dos Grupos e III Congresso Brasileiro de Dinâmica Interpessoal**
Local: Hotel Plaza São Rafael - Avenida Alberto Lins, 514, Porto Alegre, RS. Horário: 08h às 19h
Informações e inscrições: (51) 3332-9293. Email: racional@racional.com.br
Site: www.racional.com.br

Fórum de Ética

"Ética e Psicologia: uma Perspectiva Cidadã" é o tema do Fórum Nacional de Ética que acontece no Hotel Nacional, em Brasília, dias 07 e 08 de novembro. E nos dias 19, das 19h30 às 22 horas, e 20, das 8h30 às 19 horas, será realizado o Fórum Regional para a escolha dos delegados que representarão São Paulo no Fórum Nacional. O local ainda será definido.
Psicólogos, o nosso Código de Ética precisa ser atualizado. Participe deste debate. Procure informações no site do CRP-SP (www.crp.org.br) ou pelo e-mail etica@crp.org.br



psi

jornal de psicologia



crp sp

número 135 • janeiro | abril 2003

Ato Médico, ato contra a saúde pública

02 Editorial

Cartas

Questões éticas

Resolução do Conselho Federal de Psicologia proíbe os psicólogos de adotarem práticas preconceituosas no exercício da função

06 Conversando com o psicólogo

Concessão de títulos de especialista do CRP é criteriosa e rigorosa.

Formação

Abep consolida-se como espaço de interlocução do psicólogo.

08 Opinião

Luís Antônio Francisco de Souza, do Núcleo de Estudos da Violência da USP, mostra como as intervenções públicas contribuem para a queda da curva de violência nas regiões mais carentes.

Seção Aberta

Projeto de lei, que define Ato Médico, desconsidera os outros saberes da área da saúde e sofre revés no Senado.

Orientação

Fiscalização do exercício profissional protege a população e o psicólogo.

13 Políticas públicas

Progressão continuada: educadores questionam sua implantação.

Nuestra América Latina

Psicólogos aplaudem decisão da política externa do Governo Lula de priorizar o Mercosul.

15 Um mundo melhor é possível

As marchas pela paz do Fórum Mundial Social influenciaram países contra a ação militar anglo-americana no Iraque.

Livros

Obra trata de situações que mostram como a sociedade se identifica com ações criminosas da polícia brasileira.

18 Ciência e profissão

Testes psicológicos estão sendo avaliados.

Mural

Balanco Financeiro do CRP-SP de 2002, I Congresso Nacional de Avaliação Psicológica, Fórum Mundial de Educação, as dimensões subjetivas do cotidiano em programas produzidos pelo CFP e TV Diversidade.

Agenda



Conselho Regional de Psicologia SP

Psi Jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidente | Ana Mercês Bahia Bock
Vice-presidente | Wanda Maria Junqueira de Aguiar
Secretária | Mariângela Aoki
Tesoureiro | André Isnard Leonardi

Conselheiros efetivos

Chica Hatakeyama Guimarães; Elcio dos Santos Sequeira; Elcimara Meire da Rocha Mantovani; Elisa Zanerato Rosa; Inêz Guimarães Pistelli; Kátia Rubio; Maria da Graça Marchina Gonçalves; Rafaela Aparecida Cocchiola; Rogério Izidro Duran; Sérgio Antonio da Silva Leite

Conselheiros suplentes

Adalberto Botarelli; Ana Gabriela Pedrosa Andriani; Ana Paula Pereira Jardim; Carla Bertuol; Débora Cristina Fonseca; Ednilton José Santa Rosa; Fátima Regina Riani Costa Taino; João Bosco Alves de Sousa; Maria José Medina da Rocha Berto; Vânia Conselheiro Sequeira

Gerente-geral

Diógenes Pepe

Comissão de Comunicação

Coordenador | Sérgio Antonio da Silva Leite
Membros | Kátia Rubio, Elisa Sayeg

Edição e textos Aip-y Consultoria e Assessoria de Imprensa Ltda. (11) 5908-1307

Jornalista Responsável H. Carrijo (MTB 17.396)

Colaboração Vanessa Sayuri Nakasato

Projeto gráfico e Editoração Fonte Design (11) 3081 5892

Ilustrações Gilberto Tomé, Juliana Migueletto e Fabiana Migueletto

Impressão Gráfica Benfica

Tiragem 55.000 exemplares

Periodicidade bimestral

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410-020 São Paulo – SP
tel. (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br
Site http://www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 322 6224, 322 3932
Bauru | tel. (14) 223 3147, 223 6020
Campinas | tel. (19) 3243 7877, 3241 8516
Ribeirão Preto | tel. (16) 620 1377
Grande ABC | tel. (11) 4436 4000
Santos | tel. (13) 3235 2324, 3235 2441
São José do Rio Preto | tel. (17) 235 2883, 235 5047
Vale do Paraíba | tel. (12) 3631 1315

Expediente

“A Marcha do dia 23 (do Fórum Social Mundial) constituiu uma opinião pública mundial e foi determinante para o atual isolamento político dos Estados Unidos”

Emir Sader

“A política externa brasileira de pouco valerá se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo”

presidente Luiz Inácio Lula da Silva

“A violência letal é um fenômeno nacional, mas os homicídios são efeitos do processo de crescimento populacional das capitais e regiões metropolitanas brasileiras e da persistente estagnação econômica”

Luís Antônio Francisco de Souza

“Perder talentos por racismo é estupidez”

Cida Bento

Lutar pela Paz e por uma Psicologia cidadã!

Infelizmente neste editorial não se falará de paz!

Como foi difícil, para todos nós, abriremos os jornais pela manhã, de todos os dias, e encontrarmos lá fotos de pessoas mortas pela guerra. Ligarmos a televisão e nos depararmos com as cenas dos bombardeios anglo-americanos sobre o Iraque. Quanto sofrimento ainda se provoca, neste mundo, em nome de interesses econômicos e políticos não explicitados; no entanto, tão reais como a existência do petróleo sob os pés iraquianos.

A Guerra no Iraque coexiste com as formas brasileiras de matança. A violência nas cidades e nos campos brasileiros também mata seres humanos, como a Guerra. A precariedade do serviço de saúde e o trânsito nas estradas também matam.

Quantas vidas se perdem! Os psicólogos, profissionais que trabalham em busca da redução do sofrimento e do fortalecimento das pessoas para interferirem em suas realidade de modo transformador, não podem aceitar a Guerra e a violência. São fatos baseados em princípios opostos aos de nossa profissão.

Cerca de 12 mil pessoas (talvez em sua grande maioria psicólogos) entraram no site do CRP-SP e deram sua opinião sobre a Guerra. 93% deles não concordaram com o ataque anglo-americano ao Iraque. Que pena a vontade de milhões de pessoas, sobre este Planeta, não se fazer realidade com facilidade. Por isso foi preciso dizer, manifestar e agir, para que nossa opinião

fosse, pelo menos, conhecida. Nossa manifestação se somou à de milhões de pessoas que queriam o fim da guerra e lutam para que todos os países tenham sua soberania garantida.

Os psicólogos, ao declararem sua intenção de construir uma profissão comprometida com as necessidades da maio-

ria da população brasileira, deixaram para trás a crença ingênua de que a ciência e a profissão são neutras. Os psicólogos, hoje, querem posicionar-se e exigem de suas entidades a adoção de uma posição clara e inequívoca. Os psicólogos querem, hoje, se inserir na sociedade, por meio de seu exercício profissional, buscando contribuir para que haja melhores condições de vida em nossa sociedade. Assim, a guerra se aproxima de nosso cotidiano brasileiro. Guerra e violência exigem que falemos de posicionamento e de compromisso social.

Por isso, este editorial escolheu falar da guerra e a plenária do CRP-SP aproveitou este espaço para afirmar: somos contrários à intervenção anglo-americana no Iraque! Queremos contribuir, com nosso trabalho, para a redução da violência! A Psicologia precisa estar, na sociedade brasileira, ao alcance de todos que dela precisam, contribuindo para a construção de um mundo melhor, que sabemos possível.

Queremos lutar pela paz!

Queremos uma psicologia cidadã!



Anuidade

❖ Ao receber o jornal Psi, edição nº 134, me deparei com uma informação, na página 17, dando conta do aumento da anuidade. Ela foi reajustada em 20%, com a explicação pura e simples de que foi uma decisão tomada pela Assembléia Geral.

Que tal um pouco mais de transparência para com aqueles profissionais, que por razões as mais diversas não puderam participar da Assembléia, explicando claramente como são aplicados os recursos arrecadados com as anuidades?

Porque não publicar um balancete, de forma simples e em linguagem que todos entendam, para que possamos saber a saúde financeira do CRP?

Porque neste ano a informação do reajuste foi dada como se fosse algo sem importância publicada em 7 pequenas linhas, além do título?

Quais esforços o CRP tem feito para diminuir os custos, sem comprometer a qualidade, e demonstrar, assim, que também existe uma preocupação real no sentido de manter um equilíbrio saudável das contas?

Qual a taxa de inadimplência dos psicólogos inscritos?

Se me permitem uma curiosidade, Qual o custo da produção do jornal PSI? As matérias publicadas são excelentes, como também a diagramação, a editoração e o papel, que é de primeiríssima qualidade e que não deve custar barato.

Não tenho a intenção de ensinar os senhores a administrarem o CRP, creio que os profissionais são os mais capacitados, nem tão pouco criticar a instituição na sua luta em defesa da nossa profissão, mas desejo sinceramente mais transparência nas questões administrativas.

Grato,

Luiz Carlos P. Santos, São Paulo

Resposta do CRP SP

A anuidade do CRP-SP foi aprovada na Assembléia Geral da categoria. A correção de 20% deveu-se ao fato de que, entre 1999 e 2002, a inflação acumulada com base ao IGPM era de 61.80%. Nesse período, o Conselho corrigiu as anuidades em apenas 24.80%, ou seja, houve uma defasagem durante esses quatro anos. Se o valor da anuidade fosse mantido, o CRP teria problemas no futuro próximo e isso poria em risco o equilíbrio financeiro da autarquia. A correção de 20% cobre a projeção inflacionária para 2003 (14.60%) e uma reposição da perda de anos anteriores (5.40%). É importante lembrar que a anuidade foi estipulada na assembléia, com o aval e a participação de profissionais inscritos no Conselho.

Ainda na Assembléia, foi sugerida a publicação do balanço financeiro que, aliás, já está nesta edição. Dessa forma, elaboramos uma peça contábil que possibilita fácil entendimento dos recursos financeiros do CRP.

Quanto à inadimplência, temos uma média de 19% ao ano, sendo uma das mais baixas entre os Conselhos de Psicologia. Já no que diz respeito à redução de custos, além iniciarmos a informatização da autarquia, temos tomado medi-

das que envolvem a reorganização, como diminuição de despesas nas áreas de Pessoal e de Estrutura de Apoio. Na área de Pessoal, estamos sob orientação da Fundação Getúlio Vargas.

Gostaríamos de ressaltar que o CRP - SP adota a prática de divulgar e dar transparência às suas ações. Os gestores foram eleitos diretamente pela categoria, com uma proposta de plataforma de lutas e consideramos importante apresentar o balanço para que os eleitores possam acompanhar as realizações e fazerem suas avaliações. Cabe ressaltar, no entanto, que o CRP-SP tem suas contas apreciadas pelo Conselho Federal de Psicologia e pelo TCU - Tribunal de Contas da União, órgão do estado que controla órgãos públicos e autarquias (que é o nosso caso).

Para finalizar, o jornal Psi, como já dissemos, é um meio de informação de considerada relevância para a categoria. A qualidade do papel e da diagramação foi melhorada para que o psicólogo pudesse ler o veículo de forma mais prazerosa, podendo, até, guardar antigas edições. Acreditamos que, ao investir no jornal, investimos também no conhecimento, pois, além de entreter, o Psi é uma fonte de reflexão e aprendizado para todo e qualquer profissional de Psicologia.

Luta Antimanicomial

❖ São Vicente, 10 de março de 2003

À Redação do P.S.I. Jornal de Psicologia do CRP-SP

Prezados Senhores

Tomei conhecimento, através da leitura do P.S.I. Jornal de Psicologia do CRP de São Paulo, nº 134, Outubro a Dezembro/2002, dos textos referentes à morte de usuária no Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora do Caminho, fato que se repete com suspeita frequência nessas instituições, ditas de tratamento. Li atentamente as duas cartas lá publicadas e, com todo o respeito e consideração pela equipe do Dr. Giordano, não posso deixar de me congratular com a posição absolutamente clara e humanística da psicóloga Isabel Cristina. Nestas duas cartas, mais do nunca, estão colocadas as contrastantes formas de se lidar com a psicose, a doença mental, loucura ou, o nome que se queira dar. Salta aos olhos a forma rotineira e desatenciosa com que são tratados aqueles que ingressam num manicômio, desde os ditos ruins, até mesmo os que são considerados de melhor qualidade, como vem a ser, no caso em questão.

É profundamente lamentável que, "por uma pequena desatenção" de um funcionário, tal tipo de fato venha a acontecer, causando a morte de alguém, talvez sem nome, sem títulos, mas... alguém.

Sou familiar e sei do que estou falando. Este acidente poderia e deveria ter sido evitado se, a referida senhora estivesse sendo acompanhada, porém, não foi o que aconteceu. Este é mais um caso paradigmático de como as pessoas são tratadas dentro de um hospício.

Geraldo Peixoto membro da Associação Franco Basaglia



Racismo: Resolução alerta para preconceito na profissão

Embora a riqueza do mundo esteja na diversidade e nas diferenças, o homem conserva o velho “vício” de “estranhar” o que é diferente de si, e de se mirar nos iguais. Boa parte dos psicólogos, ainda que pese sua formação humanista, incorre, como as demais pessoas, neste equívoco, embora nem sempre de maneira voluntária. Doutora em psicologia social e ativista do movimento negro, a diretora do Centro de Estudos das Relações e Desigualdades do Trabalho e membro da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia de SP, Cida Bento, vai a fundo e diz que os profissionais padecem dos pactos narcísicos e estão imersos na fantasia de que “somos imparciais” e racialmente neutros. “O preconceito existe na psicologia e o profissional precisa ter consciência disso”, aponta. A Resolução nº 018/2002 do Conselho Federal de Psicologia (veja quadro na página seguinte) cumpriu este papel e chamou a categoria para a reflexão dessa realidade.

Em dezembro do ano passado, o CFP aprovou uma resolução que trata o racismo na profissão de maneira inquestionável. Ao estabelecer, em seu artigo 2º, que “os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito de raça ou etnia”, a Resolução não só deixou bem claro que atitudes discriminatórias no exercício da função não serão toleradas, mas deu sinais de seu comprometimento com os avanços sociais.

A coordenadora da Comissão de Ética do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, Elisa Zanerato Rosa, acredita que a Resolução é o reflexo da mudança de comportamento da categoria que nos últimos anos vem procurando se sintonizar com as questões históricas e sociais. “A Resolução, na verdade, trata de maneira direta o que já estava previsto de maneira genérica no Código de Ética”, observa. “Mas o mérito da idéia, é que agora temos uma orientação política e a compreensão social no sentido de repelir leituras discrimi-

natórias e práticas estigmatizantes na psicologia”, comemora. “O novo Código de Ética, que está sendo reconstruído, vai se mirar também nesta Resolução”.

“Os psicólogos devem se orgulhar da Resolução. Ela nasce por sugestão das Comissões de Direitos Humanos dos Conselhos de Psicologia e é debatida e aprovada em reunião de 15 Conselhos Regionais com o CFP. Nasce, portanto, do vínculo e do compromisso que os psicólogos têm, hoje, com os Direitos Humanos” afirma Maria da Graça Gonçalves, coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do CRP-SP.

A psicóloga Cida Bento aplaude os princípios da Resolução. “A psicologia saiu da neutralidade e deu um salto positivo em direção aos direitos humanos”, avalia. “O caráter propositivo da Resolução provoca um movimento da categoria rumo à igualdade”, espera. Cida Bento acredita que, ao inserir a matéria do preconceito na agenda de discussão, a Resolução nº 018/2002 induzirá o profissional branco a questionar seus parâmetros, em particular, na psicologia organizacional.

Ao trabalhar por anos com recursos humanos em empresas públicas e corporações privadas, a pesquisadora da USP observou o que diferentes pesquisas já haviam revelado: os atributos pessoais (gênero, idade, raça/etnia), daqueles que realizam a avaliação, interferem nos resultados da seleção para admissão, promoção e escolha de profissionais para treinamento ou demissão. O recrutamento de trabalhadores, segundo Cida Bento, é atravessado por estereótipos. “Comete-se, ainda hoje, a discriminação nem sempre de maneira intencional. Brancos tendem a firmar elos de confiança e fortalecimento com seus iguais”, analisa.

O resultado da discriminação no processo seletivo de trabalho é comprometedor. “Perder talentos por racismo é estupidéz”, ressalta Cida. Empresas, que não contam com a competência profissional dos negros por racismo, deixam de ganhar e perdem na produtividade. E o psicólogo que interfere nesta escolha viola os direitos humanos, favorece a exclusão de parte dos brasileiros, contribui negativamente para o sucesso da empresa e, agora, desrespeita uma lei da profissão.

Cida Bento acredita que o mundo e os psicólogos estão mais atentos nos dias de hoje. “Quem não mudar, quem não melhorar no que diz respeito à diferença e à diversidade vai ficar parado”, adverte ela. Mas a categoria precisa de uma “mãozinha”. Cida diz que o processo de conscientização da situação e o caminho da democracia racial passa por imersões em palestras e oficinas sobre o assunto. Em seu trabalho junto a psicólogos e a empregadores públicos e privados, Cida Ben-



to ensina como reconhecer o racismo e como promover a igualdade de oportunidade nos locais de trabalho. Para ela, mais que garantir oportunidades iguais para todos, ou não discriminar, a sociedade deve promover a igualdade, que se encontra também no processo de recrutamento de pessoal. “Conscientes da questão racial, a atuação dos psicólogos brancos na hora da seleção de candidatos negros terá mais chances de ser imparcial”, conclui.●

PSICOLOGIA E PRECONCEITO RACIAL

O Conselho Regional de Psicologia-6ª região promove nos próximos meses um ciclo de debates para discutir o tema “Psicologia e Preconceito Racial”. A matéria, inserida na campanha “Preconceito Racial Humilha, a Humilhação Social faz Sofrer”, das Comissões de Direitos Humanos dos Conselhos de Psicologia, vai abordar a necessidade de os profissionais repensarem suas práticas e teorias em relação ao racismo.

Para Maria da Graça Gonçalves, presidente da Comissão de Direitos Humanos do CRP-SP e coordenadora em São Paulo da campanha, elogia a iniciativa e explica que o ciclo de quatro debates será uma oportunidade para tratar formas de atentar para ações discriminatórias presentes em situações do exercício profissional do psicólogo com o objetivo de contribuir para sua superação. A falsa idéia de que não há racismo no Brasil, principalmente na categoria, pode estar acobertando atitudes que, embora involuntárias, ferem os princípios dos Direitos Humanos, da Constituição Federal, do Código de Ética e da Resolução n° 18/02 do Conselho Federal de Psicologia.

Segundo ela, a série de debates será um momento de reflexão em prol dos direitos humanos e contra a humilhação social.

PROGRAMAÇÃO

Data do evento: 8 de maio
Psicologia e Preconceito Racial:
Saúde e Trabalho

Data do evento: 05 de junho
Psicologia e Preconceito Racial:
Educação e Esporte

Data do evento: 10 de julho
Psicologia e Preconceito Racial:
Justiça e Segurança Pública

Data do evento: 04 de setembro
Psicologia e Preconceito Racial:
Assistência Social e Adoção

Horário: sempre às 19h30

Local: Auditório do CRP-SP

Lotação: 130 lugares

Inscrições antecipadas: no Depto. de Eventos do CRP-SP, por tel., fax ou e-mail.

Endereço: Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América, CEP 05410-020, São Paulo, SP.

Tel.: 3061 9494 ramal 151 ou 129

Fax: 3061 0306.

E-mail: infoeventos@crpsp.org.br.

“Preconceito Racial humilha, humilhação social faz sofrer”

Campanha das Comissões de Direitos Humanos
dos Conselhos de Psicologia

RESOLUÇÃO CFP N.º 018/2002

Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a preconceito e discriminação racial.

O **CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei n.º 5.766, de 20 de dezembro de 1971 e pelo Decreto 79.822;

CONSIDERANDO a Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde se lê: “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade humana” e a “Declaração de Durban”, adotada em 8 de setembro de 2001, que reafirma o princípio de igualdade e de não discriminação;

CONSIDERANDO a Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial;

CONSIDERANDO que o racismo é crime inafiançável e imprescritível conforme o art. 5º, XLII da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO os dispositivos da lei 7.716, de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor;

CONSIDERANDO os artigos VI e VII dos Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional dos Psicólogos:

“Art. VI - O Psicólogo colaborará na criação de condições que visem a eliminar a opressão e a marginalização do ser humano.

Art. VII - O Psicólogo, no exercício de sua profissão, completará a definição de suas responsabilidades, direitos e deveres de acordo com os princípios estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10/12/1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas;”

CONSIDERANDO que o art. 27 do Código de Ética do Psicólogo prevê a quebra do sigilo quando se tratar de fato delituoso cujo conhecimento for obtido através do exercício da atividade profissional;

CONSIDERANDO que o preconceito racial humilha e a humilhação social faz sofrer;

CONSIDERANDO a decisão tomada na reunião plenária do dia 19 de dezembro de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo.

Art. 2º - Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito de raça ou etnia.

Art. 3º - Os psicólogos, no exercício profissional, não serão coniventes e nem se omitirão perante o crime do racismo.

Art. 4º - Os psicólogos não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação racial.

Art. 5º - Os psicólogos não colaborarão com eventos ou serviços que sejam de natureza discriminatória ou contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias.

Art. 6º - Os psicólogos não se pronunciarão nem participarão de pronunciamentos públicos nos meios de comunicação de massa de modo a reforçar o preconceito racial.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF, 19 de dezembro de 2002.

ODAIR FURTADO

Conselheiro-Presidente

Título reconhece especialização profissional

Os psicólogos que possuem alguma especialização, desde março de 2001, já podem obter e usar o título de especialista, oferecendo à sociedade uma informação importante sobre sua qualificação profissional. Não se sabe ao certo qual o impacto do registro no mercado de trabalho do psicólogo. Para analisar esta questão, funciona, em todos os Conselhos Regionais de Psicologia do país, o Fórum de Acompanhamento da Implantação do Título de Especialista. O Fórum, que conta com a participação de várias entidades, deverá remeter suas avaliações para o V Congresso Nacional de Psicologia, em junho de 2004.

De qualquer forma, o título permite à sociedade conhecer melhor a Psicologia e suas especialidades e ao profissional se apresentar ao usuário com um diferencial de qualificação profissional. Além disso, o título de especialista é fator de fortalecimento social e de institucionalização da psicologia na sociedade brasileira.

A regulamentação do título atendeu uma demanda reprimida. No primeiro ano de sua vigência, cerca de 14 mil psicólogos em todo o Brasil solicitaram o certificado que reconhecesse a especialização. Em São Paulo, foram 6.952 títulos pedidos: 5.322 foram deferidos, 716 indeferidos e 914 ainda aguardam resposta a recurso ou estão incompletos.

Ana Bock, presidente do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, explica que o título estava previsto na Lei nº 5766 de 1971. No entanto, não fora regulamentado antes porque a Psicologia não tinha o desenvolvimento social e profissional de hoje. Diversas áreas, especialidades e novas práticas foram adquiridas e reconhecidas nos últimos anos. Só então a medida se justificou, atendendo uma exigência da categoria. "Chegou uma hora em que as pessoas que possuíam especialização começaram a reivindicar aos CRPs, um documento que comprovasse suas habilitações. Queira ou não, elas tinham um diferencial e, sem um registro, continuariam aos olhos dos usuários nivelados aos outros. Só regulamentamos algo que já existia", explicou Ana.

Até dezembro de 2001, era possível

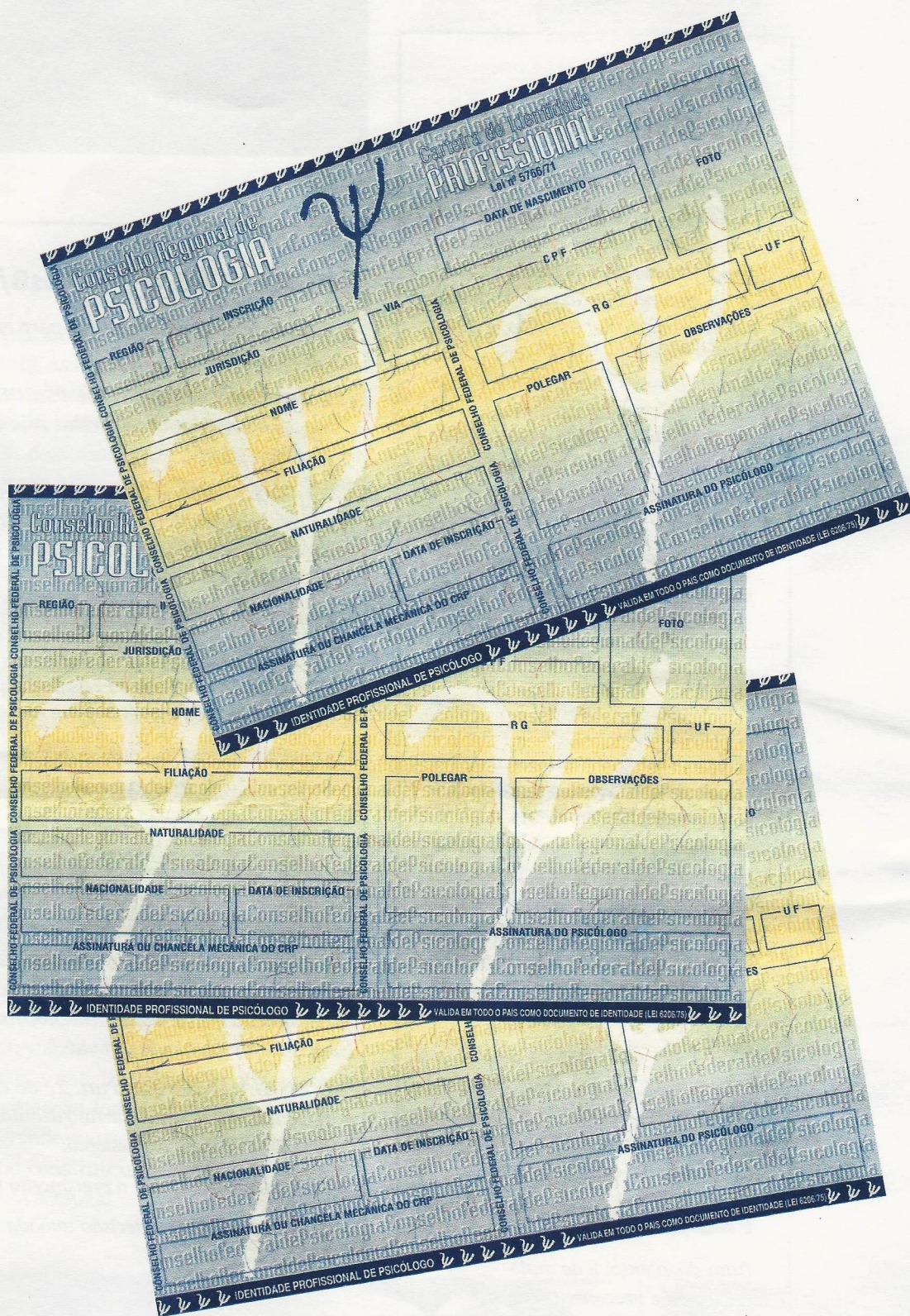
obter o título comprovando 5 anos de exercício profissional em uma ou duas das nove áreas regulamentadas pela resolução CFP nº 14/01. A partir dessa data, os profissionais, para obtenção do título, passaram a ter que prestar concurso de provas e títulos, promovido pelo CFP a cada ano, ou apresentar certificado de conclusão de curso de especialização, curso este que deve estar credenciado pelo CFP por meio da ABEP- Associação Brasileira de Ensino de Psicologia.

As especialidades regulamentadas pelo Conselho Federal são: Psicologia Hospitalar, Psicologia Jurídica, Psicologia Educa-

cional e Escolar, Psicologia do Trânsito, Psicologia do Esporte, Psicologia Clínica, Psicologia Organizacional e do Trabalho, Psicomotricidade e Psicopedagogia. Está em discussão a regulamentação da Psicologia Social.

Cada psicólogo pode possuir até dois títulos de especialista. Os títulos também podem ser mudados, caso o profissional abandone uma área e se especialize em outra.

Para saber mais sobre o título e os cursos de especialização credenciados pelo CFP e pela ABEP, acesse o site: www.pol.org.br.



ABEP de olho na política educacional do país

Desde que foi fundada, em 1998, a vocação da ABEP, Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, foi a de consolidar um espaço de interlocução do psicólogo. A entidade, que visa ao desenvolvimento e ao aprimoramento da Psicologia no Brasil, ocupou um vácuo onde o profissional pode discutir, democraticamente, todas as questões relacionadas à educação e à formação. "Na ABEP, debatemos desde política educacional, metodologia, pedagogia, até as deficiências existentes no ensino superior. E tudo é resolvido sem que os princípios alheios sejam atropelados", ressaltou Maria das Graças Victor, presidente da ABEP.

A associação tem como principais objetivos cooperar na qualificação do ensino e promover a capacitação e educação continuada de docentes. Isso inclui, por exemplo, promover intercâmbio com entidades governamentais, não-governamentais, profissionais e estudantes do país e do exterior.

Uma das incansáveis atividades da ABEP é tentar solucionar problemas pertinentes junto ao Ministério da Educação (MEC) e à Secretaria de Ensino Superior (SESU). Assuntos que, explica Graça, não dizem respeito apenas à Psicologia, mas a outros cursos também, como o Provão. Trata-se de interesses que afetam o coletivo e não só uma categoria.

"Lutamos para que a política de ensino seja repensada. Hoje, os objetivos finais do processo educativo são regidos por princípios de mercado, como o marketing e a competitividade. É importante lembrar que a boa educação não carrega princípios mercadológicos", ensina. Para a ABEP, a formação competente não ignora o âmbito social de sua nação. Uma das diretrizes da entidade enfatiza que o ensino da Psicologia deve estar comprometido com a realidade social brasileira e, sempre vinculado à ética e ao exercício da cidadania.

A Associação foi criada a partir de discussões sistemáticas do Fórum de Entidades Nacionais de Psicologia Brasileira. Após anos, chegou-se ao consenso de que era necessária a existência de uma instituição que trabalhasse somente para a melhoria educacional. Maria das Graças



Abep discute desafios para a formação em psicologia

A ABEP - Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - realiza seu IV Encontro Nacional, na ocasião do III Congresso Norte Nordeste de Psicologia, do dia 27 a 31 de maio de 2003, em João Pessoa, cujo tema é "Construindo a Psicologia Brasileira: Desafios para a Formação em Psicologia".

Além de reuniões com coordenadores de cursos, professores e estudantes, o IV Encontro Norte/Nordeste será palco do II Seminário nacional de Formação em Psicologia: Qualidade dos Cursos de Especialização em Psicologia. Estão previstas também mesas-redondas que tratarão dos seguintes temas:

- Resgate histórico das tentativas de organização do ensino da Psicologia no Brasil.
- A atual conjuntura política e o futuro da formação em Psicologia.
- A formação de formadores: Trajetórias da formação do professor de Psicologia.
- A mercantilização da educação: Repercussões na formação do psicólogo.

lembra que a ABEP é fruto da união de entidades públicas e privadas que decidiram barrar a decadência do ensino acadêmico. "Antes de melhorar, precisamos não deixar que a Educação piore", comentou.

Entre os associados da ABEP estão psicólogos, professores, estudantes e entida-

des ligadas à Psicologia. Atualmente, a entidade possui dois núcleos regionais: em São Paulo e em Santa Catarina. A intenção é espalhar unidades da ABEP por todo o país.

Aqueles que quiserem se associar, ou saber mais sobre a ABEP, é só acessar o site www.abepsi.org.br.



ABEP
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE ENSINO DE PSICOLOGIA

Agende-se

III Congresso Norte-Nordeste de Psicologia

De 27/05/2002 a 31/05/2002

Informações

Tel.: (83) 247-4424

Fax: (83) 247-6299

E-mail

eventos@netwaybbs.com.br

secretaria@conpsi.psc.br

Site

www.eventos-e-consultoria.com.br

www.conpsi.psc.br

Crimes violentos: desafios para uma política de segurança pública.

Na cidade de São Paulo, no período de 1983-2000, observa-se um aumento real de 53,54% no total de registros de ocorrências, acima do crescimento da população, que foi de 18,24%. Em 2000, houve um pico das ocorrências policiais. Nesse ano, ocorreram 675.157 crimes, uma média diária de 1.849 crimes registrados, 77 a cada hora. Os crimes contra o patrimônio experimentaram maior crescimento real (72,68%). Desagregando, os crimes que envolvem algum grau de violência aumentaram fortemente. É o caso do roubo (118,85%) e do roubo de veículos (176,84%). As prisões por porte ilegal de armas cresceram 87,06%, no período. O total dos crimes contra a pessoa oscilou negativamente 13,58%; mas os homicídios aumentaram 120,56%. Em 1983, haviam sido registradas 3.003 ocorrências de prática ou tentativa de homicídios. Em 2000, foram 7.832, uma média de 21 homicídios ou tentativas diárias. Não obstante a sensação do tráfico de drogas ter se tornado mais comum, as ocorrências envolvendo entorpecentes apresentaram crescimento abaixo da população (10,50%). Os estupros mantiveram-se constantes ao longo do período. No conjunto, os dados mostram a situação preocupante em que os crimes violentos apresentaram as maiores taxas de crescimento, entre 1983 e 2000.

As informações sobre homicídio são as mais confiáveis no Brasil, pois existem duas fontes para análise: os registros policiais e as declarações de óbito. Para os demais crimes somente estão disponíveis os dados referentes aos registros policiais que, além de não permitirem compa-

ração, apresentam problemas: falta de uniformidade e subnotificação. Os dados policiais não revelam o cenário completo da violência fatal no país. Em 1998, foram registrados, no Estado de São Paulo, 11.752 óbitos por homicídio doloso; 5.445 homicídios culposos por acidente de trânsito e outros; 545 latrocínios, ou seja, roubos seguidos de morte; 1.838 suicídios; 26.727 mortes suspeitas e 21.714 desaparecimentos de pessoas. No mesmo ano, ocorreram 812 mortes em ações da polícia. Deixando de considerar os desaparecidos, temos em torno de 47.119 óbitos por causas externas, ou seja, um número quatro vezes maior que os homicídios registrados. Para ilustrar, no Estado de São Paulo, em 1999, ocorreram 17.914 homicídios, sendo 12.818 dolosos. Em 2001, foram 17.370 e 12.475, respectivamente. Na cidade de São Paulo, em 1999, ocorreram 6.356 homicídios, dos quais 5.418 foram dolosos; em 2001, 6.112 e 5.174; em 2002, 5.534 e 4.631, respectivamente. Muitos registros envolvem mais de uma vítima fatal e não se sabe ao certo se os homicídios múltiplos (chacinas, por exemplo) estão sendo contados. Somente uma melhora nas estatísticas oficiais poderá esclarecer as diferentes conexões entre todas essas mortes e dar um quadro mais preciso sobre a verdadeira dimensão do problema. De toda

forma, os dados sinalizam uma ligeira queda dos homicídios nos últimos três anos, cuja causa ainda é tema de discussão.

No presente momento, talvez fosse mais relevante discutir fatores que interferem na distribuição geográfica das mortes violentas. Na cidade de São Paulo, a possibilidade de uma pessoa ser vítima de homicídio é infinitamente maior, nos distritos censitários localizados nas regiões periféricas, do que nos distritos do chama-

do centro expandido, ou nos distritos que apresentam IDH considerado elevado. Em contrapartida, os crimes contra o patrimônio ocorrem em maior número nos distritos do centro ou do centro expandido do que nos limites extremos da cidade.

Segundo dados da Unesco, entre 1989 e 2000, houve uma explosão dos crimes violentos no Brasil. As taxas de homicídios já eram relativamente altas em 1989, em comparação com os países desenvolvidos. Em algumas capitais brasileiras, os homicídios continuam persistentes: Boa Vista, Porto Velho, Maceió, Recife e Vitória. Porto Velho, por exemplo, apresenta uma taxa inquietantemente alta por todo o período. O crescimento, até meados da década de 1990, parecia estar restrito às grandes capitais da região sudeste do Brasil. Hoje, as taxas estão crescendo em capitais médias e mesmo pequenas, como Macapá e Cuiabá. Houve um aumento de 38% dos homicídios nas capitais dos estados brasileiros. Esse aumento, em grande parte foi puxado para cima pelos estados mais ricos da região sudeste do Brasil, em cujas capitais o homicídio cresceu 61% na década. Dezesesseis cidades possuem taxas acima de 30 por cem mil. As maiores taxas de homicídios estão em Recife, Vitória, Cuiabá, Porto Velho, Rio de Janeiro e São Paulo. Com exceção de Recife, a região nordeste (a região mais pobre do país) apresenta quase as mesmas taxas que a região sul (a região que apresenta a melhor distribuição de renda). A região sudeste (mais rica e mais desigual) apresenta as taxas mais insistentemente altas. De fato, não se pode atribuir à pobreza extrema da região o aumento das taxas de homicídios.

Quando é considerada a faixa etária de 15 a 24 anos de idade, o quadro dos homicídios se agrava ainda mais. Nenhuma capital brasileira pode ser considerada segura para os jovens. O risco aumenta consideravelmente, atingindo índices que lembram um implacável massacre, em Recife (255,7), Vitória (201), Porto Velho (125,8), Rio de Janeiro (141,1), São Paulo (122,3) e Cuiabá (135,4).

A violência letal é um fenômeno nacional, mas os homicídios são efeitos do processo de crescimento populacional das capitais e regiões metropolitanas brasileiras e da persistente estagnação econômica. Essas apresentam urbanização acelerada, alta concentração de moradores nas periferias, desigualdade social acentuada e má

distribuição de renda. O que cria um quadro de exclusão social, de queda de expectativas, de baixa inserção no mercado formal de trabalho. Essas áreas sofrem problemas crônicos de ausência de serviços públicos, sobretudo, falta de acesso à justiça, que induz à busca de alternativas para a solução de conflitos. Ao mesmo tempo em que rejeitamos a análise de que a pobreza é a causa da criminalidade, precisamos lembrar que os moradores das regiões mais pobres das principais capitais brasileiras estão mais vulneráveis, pois as relações de apoio mútuo, as associações comunitárias e a igreja perderam espaço importante para organizações corrosivas, atreladas à criminalidade organizada, ao contrabando de armas e ao tráfico de drogas.

Não obstante, as políticas de segurança estão longe de privilegiar esse perfil. As políticas parecem ser mais suscetíveis ao clamor dos moradores dos bairros centrais, de classe média, que reclamam principalmente dos crimes contra o patrimônio (furtos e roubos) e contra a avassaladora onda de seqüestros. Esse fato se deve ao maior poder de pressão desses

grupos; ao maior impacto político dos crimes contra o patrimônio; à necessidade de racionalizar os escassos recursos e colocar policiais onde há mais visibilidade; bem como à miopia da discriminação que separa os criminosos (representados como sendo moradores, negros e pardos, das periferias, das favelas e dos cortiços), das pessoas respeitadoras da lei, brancas e que moram em bairros considerados nobres ou em condomínios fechados.

Luís Antônio Francisco de Souza

Núcleo de Estudos da Violência - USP

Ato Médico: descompromisso com a **saúde pública** e

Gerado no seio do Conselho Federal de Medicina, o Ato Médico ganhou forma de um Projeto de Lei e foi apresentado no ano passado pelo ex-senador Geraldo Althoff sob pesadas críticas de outras entidades da saúde. O PL nº 25/02 nasceu sob o estigma do corporativismo ao privar profissionais, como psicólogos, fisioterapeutas e enfermeiros, de exercerem suas competências, de forma autônoma, em prol da saúde pública. Porém, mais do que seu caráter de preservação de mercado de trabalho para os médicos, o PL encerra um conceito muito mais destrutivo: a negação de todos os avanços dos últimos 25 anos na área e o retorno a uma época em que a lei considerava apenas os médicos detentores do saber na área da saúde.

A presidente do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, Ana Bock, não admite tamanho retrocesso. Para ela, o Ato Médico retroage ao tempo em que apenas o médico tinha competência para diagnosticar e indicar tratamento. “Resgatar esta idéia é ir contra as conquistas que a saúde pública garantiu”, adverte. “Saímos de uma visão estreita de saúde e de atendimento à saúde para uma mais social que envolve condições de vida e qualidade de vida”, afirma. “Saímos de um modelo em que a saúde era vista apenas do ponto de vista do atendimento médico para a concepção de atendimento totalizador, abrangendo relações multidisciplinares”, acrescenta.

Segundo ela, a saúde deixou de ser ausência de doença para se colocar em uma dimensão mais ampla e social e este avanço foi obtido em debates nas conferências nacionais de saúde, realizada nestes anos, envolvendo muitos profissionais das várias áreas da saúde. Para os psicólogos, a maneira diferente de compreender a saúde significou a ampliação do compromisso social com as necessidades da população brasileira. E a essência do Ato Médico desconsidera todos estes conhecimentos, que, por anos, identificaram o processo do adoecimento, levando em conta as mudanças culturais e comportamentais, que a medicina sozinha não teria conseguido.

As profissões estão em constante movimento, sofrendo mutações, outras sendo criadas de acordo com as necessidades, os imprevistos, os hábitos e até dos remédios que geram novas doenças. Assim como os fisioterapeutas foram importantes para diagnosticar a LER (Lesão por Esforço Repetitivo), como os fonoaudiólogos observaram que a mastigação interfere na dicção da criança, os psicólogos são fundamentais na leitura do adoecimento. “Existem doentes, não doenças”, ensina. E esta é uma competência dos psicólogos.



com o conhecimento científico

Esta dinâmica, na visão de Ana Bock, exige o surgimento de habilidades, profissões e especialidades antes desconhecidas. E a complexidade deste processo pede a integração dos saberes. “Não dá para pensar a profissão na área da saúde como Ato Médico, ou Ato Psicológico, ou qualquer outro”, diz Ana Bock. “Equipes interdisciplinares devem estar abertas às necessidades de novos conhecimentos para oferecermos qualidade de saúde à população”, aconselha.

O deputado federal dr. Rosinha (PT/PR) reforça esta tese. Crítico severo do Ato Médico, sua voz tem peso ainda maior pelo fato de ser médico pediatra e sanitarista. “Existe uma dinâmica, particularmente nas áreas da ciência e da tecnologia, em que um ato hoje desenvolvido por uma determinada categoria, pode amanhã migrar para outra ou até ser responsabilidade de várias áreas profissionais”, argumenta. Ele lembra que os avanços têm criado instrumentais técnicos e científicos para a produção da saúde. “Surgem novos profissionais atuando não apenas em faixa própria, mas também em áreas até então pretensamente médicas. O Ato Médico limitará o conhecimento científico compartilhado”, enfatiza. Para o parlamentar, a Resolução

nº 1627/01 do CFM, que inspirou o projeto do ex-senador Geraldo Althoff, “é o texto mais conservador que encontrei sobre uma determinada profissão, extremamente limitadora no sentido de visão de mundo”.

Ao invés de discutir a definição do que é ato médico, Dr. Rosinha propõe a construção de um código onde a responsabilidade ética seja de toda equipe profissional que atua sobre o ser humano e não apenas de uma categoria. A presidente do CRP-SP, Ana Bock, também acredita que o debate deveria ser redirecionado. “Mais sério do que discutir de quem são as competências é encontrar caminhos que levem à qualificação da formação dos profissionais de saúde de modo a torná-los todos mais competentes”, sugere.

“Conseguir, na prática, a interação e o respeito entre os profissionais que atuam, valorizando cada ação desenvolvida por eles é o inverso do Ato Médico”, afirma. “Não devemos nos preocupar com o que é propriedade profissional de cada um, mas buscar compreender e integrar todas as competências e saberes, pois é da diversidade de leituras que alcançaremos a qualidade dos serviços de saúde prestados à população brasileira”, finaliza. ●

A agonia do Ato Médico

O Ato Médico continua com a reputação em baixa entre os profissionais da saúde e não encontra terra fértil para germinar no Senado Federal. Secretário estadual da Saúde do Rio de Janeiro, o médico e coordenador da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos do Conselho Nacional da Saúde, Gilson Cantarino, disse que o Senado atendera a solicitação do CNS e paralisara temporariamente a tramitação do PL nº 25/02 até que fosse realizado um seminário, com a participação de representantes de todos os setores da área de saúde. Será a arena adequada para que se debatam, de maneira construtiva, “as implicações do Ato Médico para todas as categorias profissionais da saúde e para a população”.

Para muitos, o Ato Médico agoniza. Primeiro, por causa da estreiteza de sua concepção. Pelo fato de o projeto de lei estar tramitando em tempos de um governo progressista. Por conta das fortes resistências de outras categorias da saúde. E porque o pai da criança, o ex-senador Geraldo Althoff, não se reelegeu e nenhum senador se apresentou para ser o tutor da matéria.

O presidente do Conselho Federal de Psicologia, Odair Furtado, reconhece que é direito da categoria médica regulamentar sua profissão. Mas do que jeito que isto está sendo proposto, é inaceitável. Ele adverte que “o CFM estará jogando a criança junto com a água do banho”, se não promover um diálogo multiprofissional com outras áreas da saúde.

Para Ana Bock, não há meio termo. O PL nº 25/02 tem que cair todo. Ela lembra que existe um outro projeto de lei, o de nº 268/02, de autoria do senador Benício Sampaio, que dispõe sobre o exercício da medicina. Esse sim mereceria ser discutido com apresentação de emendas.

Apesar da fragilidade do projeto que define o ato médico, Ana Bock diz que os psicólogos não podem se acomodar. É preciso continuar com as campanhas, com os manifestos dirigidos aos senadores da Comissão de Assuntos Sociais, onde está o PL nº 25/02, pedindo a derrubada de uma matéria que carrega um potencial de conflitos muito grande.

A fiscalização em benefício do usuário e da Psicologia

A fiscalização do exercício da Psicologia é uma função dos Conselhos de Psicologia prevista em Lei. Quando os Conselhos foram criados em 1971, a Lei nº 5.766 trazia, na definição da natureza e função da entidade, a fiscalização. O Estado brasileiro delegava aos Conselhos a tarefa de garantir a qualidade dos serviços profissionais prestados pelos psicólogos à sociedade brasileira. Para isto, os Conselhos deveriam orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional.

A fiscalização envolve o cuidado na verificação das condições nas quais o serviço está sendo prestado, a qualidade do material utilizado pelo profissional, as condições de trabalho do psicólogo, o respeito a todas as regras da profissão (Código de ética e resoluções), enfim, a competência profissional e as condições do serviço prestado. Técnica de intervenção profissional, condições de trabalho e ética são a mira da fiscalização que, significa, primeiro, proteger a sociedade. Garantir ao usuário qualidade do serviço fortalece a Psicologia e lhe dá credibilidade.

No entanto, a fiscalização pode soar, aos ouvidos mais críticos, como uma ação punitiva, quando, na verdade, seu princípio básico é o de orientar. “Fiscalização e orientação devem caminhar juntas”, observa Chica Hatakeyama Guimarães, coordenadora da Comissão de Fiscalização do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP). “Procuramos esclarecer e informar o profissional dos equívocos de suas condutas a fim de evitar o comprometimento da qualidade técnica e ética de seu trabalho”, explica, acrescentando que ações mal conduzidas podem resultar na desmoralização e questionamentos que afetam indistintamente o conjunto dos profissionais.

O Conselho Regional de São Paulo, nestes anos de existência, considerou a fiscalização um assunto polêmico. Priorizou orientar e reduziu a fiscalização. Sentiu necessidade de demarcar o exercício profissional para construir instrumentos que permitissem orientar. Hoje, retoma com vigor a fiscalização. Uma fiscalização pre-

ventiva, orientadora, aliada a uma fiscalização corretiva em setores da profissão que têm sido fonte de denúncias e processos éticos no CRP. Fiscalizar tem uma só finalidade: garantir a qualidade do trabalho.

Medidas extremas, como a punição, só para infrações de gravidade, o que mobilizaria, a princípio, um processo ético-administrativo. Só este ano, um processo ético foi instaurado e foram registradas 13 denúncias, um número significativo e preocupante se levarmos em conta que esse número corresponde ao total do ano 2000. De outra ordem, o CRP vem cumprindo seu papel de proteger o usuário orientando e formando melhor o profissional. “O CRP não reduzirá sua ação à fiscalização. Nossa política é garantir serviço de qualidade e para isto lançaremos mão de todos os instrumentos que estão ao nosso alcance. Atuar para melhorar a formação, divulgar práticas, orientar, fazer circular informação, organizar espaços de debate, fiscalizar, enfim tudo que estiver ao nosso alcance”, afirma a presidente Ana Bock

O Conselho tem feito alertas, por exemplo, sobre as práticas “alternativas”. A situação social vivida pelo mundo atualmente faz com que o mercado ofereça diferentes formas de terapia. Relacionar psicologia e religião, misturar recursos esotéricos em tratamentos, como florais de Bach, Reik e iridologia, são algumas das atividades que atraem cada vez mais adeptos. Mas, por não serem comprovadas cientificamente, são proibidas pelo Código de Ética. “Há psicólogos que utilizam esses ‘novos conceitos’ sem saber que estão cometendo uma infração”, ressaltou Chica.

Por esse e outros motivos, o CRP-SP está reorganizando o seu Centro de Orientação e se preparando para desenvolver a fiscalização programada. Trata-se de uma inspeção planejada a ser executada em setores considerados fundamentais, como as Clínicas-Escola. O objetivo é prevenir e orientar estudantes e profissionais

de psicologia sobre possíveis erros de conduta. “A finalidade dessa vistoria é impedir uma degradação do trabalho do psicólogo e aprimorar o que está bom”, disse a conselheira.

Mas, a fiscalização é motivada também a pedido de algum órgão, como a Vigilância Sanitária, ou por denúncias que envolvem aspectos do exercício profissional e aquelas que dizem respeito à prática ilegal da psicologia. Nestes casos, a ação fiscalizadora procura identificar a natureza, as situações, esclarecer o psicólogo e estabelecer limites que estão no Código de Ética e em toda a legislação que normatiza os demais aspectos da prática do psicólogo.

A Comissão de Fiscalização pauta-se no rigor do Manual Unificado de Orientação e Fiscalização (MUORF), anexo à Resolução CFP nº 019/2000. “A ação fiscalizadora não pode carregar caprichos ou idiosincrasias de quem as conduz”, afirma Chica. “Há exigências a serem cumpridas para que a fiscalização ocorra”. Os cuidados passam pela qualificação do fiscal e a forma com que se leva a cabo a ação. “A diretriz da comissão é a de averiguar e esclarecer. Não a de condenar a priori”, sintetiza ela.

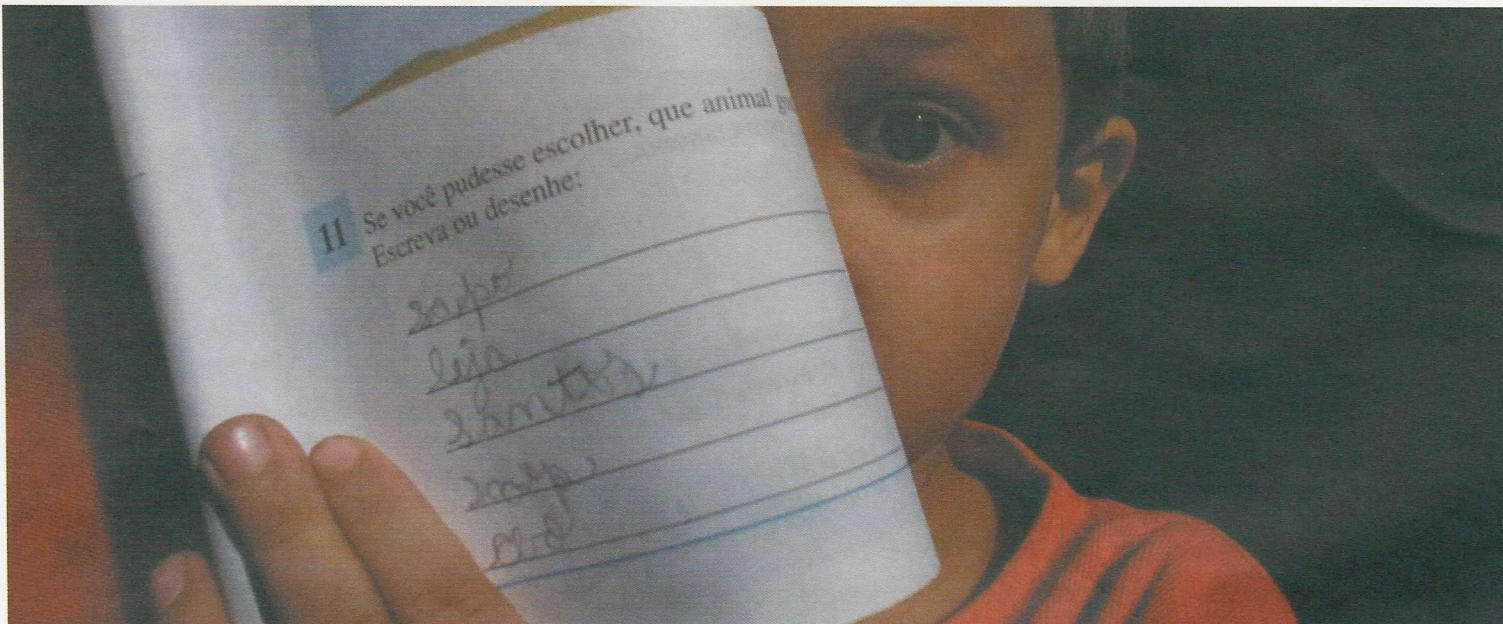
“É importante lembrar que, quando orientamos e fiscalizamos, cuidamos da credibilidade dos profissionais de psicologia. A indiferença só tem a deixar o usuário inseguro e descrente do nosso trabalho e função. Isso é ruim para a população e para categoria”, finaliza a conselheira.

Caso haja dúvidas em relação à fiscalização ou a qualquer outro assunto, ligue para o CRP-SP ou acesse o site www.crp.org.br. O Conselho estará sempre à sua disposição. ●



Progressão Continuada: uma boa idéia que não vingou

Moacyr Lopes Junior/Folha Imagem



O ex-secretário municipal de Educação de São Paulo, Mario Sergio Cortella, compara o trabalho pedagógico brasileiro com um trecho da obra “Alice no País das Maravilhas”, do inglês Charles Dodgson, no qual a personagem mantém um diálogo revelador com o gato invisível. Alice, perdida na floresta, se vira para o gato e pergunta: “Você pode me ajudar?” Ele responde: “Claro”. Ela fala: “Para onde vai essa estrada?” O gato diz: “Para onde você quer ir?” Alice respondeu: “Não sei. Estou perdida”. Então o gato conclui: “Para quem não sabe para onde vai, qualquer caminho serve”. É isso o que acontece, segundo ele, com muitos educadores da rede pública, principalmente, quando o assunto é Progressão Continuada.

Projeto elaborado no esteio do educador Paulo Freire, o tão discutido método dá a muitos professores a sensação de dúvidas sobre sua eficácia. Principalmente, depois que foi implantado pelo governo estadual, em 1997. A idéia tem como objetivo valorizar o processo de aprendizagem do aluno e não sua aprovação no fim do ano. Diferente do sistema tradicional, a educação se dá por ciclos e não por séries. Acredita-se no acúmulo de conhecimentos e uma avaliação no final de cada ciclo, e não na repetência. Mas na rede pública estadual, a Progressão Continuada ganhou ares de aprovação automática.

O novo sistema, do jeito que foi implantado, arrancou críticas tanto de seus idealizadores como de seus adversários. O princípio do método teria sido subvertido criando gerações de semi-analfabetos. Cortella, que trabalhou com Paulo Freire por 17 anos, observa que a experiência adotada nos governos Covas-Alckmin pecou por exceder no número de anos de cada ciclo escolar, um dos pilares da Progressão Continuada. Em vez de estabelecer um ciclo de até 3 anos, como foi feito na gestão da prefeita Luiz Erundina, em 1991, o governo estadual implantou o ciclo de 4 anos, para ele, temerário e inconsequente.

O maior mérito da Progressão Continuada estaria na sua concepção de construir cidadania “à medida que evita uma extinção estudantil absolutamente inútil”. Ele explica que a proposta de ciclos de aprendizagem faz parte dessa construção, com reorientações, com “reformatações”, com uma rediscussão dentro das comunidades educacionais. A finalidade dos ciclos não seria facilitar a aprovação. A finalidade dos ciclos seria dificultar a reprovação burra, aquela que acontece por falha organizacional e estrutural.

Por isso, continua Cortella, quando se trata de política educacional, deve haver clareza para onde se deseja ir. “A quem não sabe para onde vai, qualquer caminho serve. Seja seriação, seja ciclo, seja promoção, seja decreto, seja o que for. No entanto, se há uma perspectiva de construção da cidadania, de não vitimar ainda mais imensas massas de nossa população, é necessário repensar e rediscutir certas questões. E isso exige... paciência”, aconselha ele. Ele teme que “a falta de paciência” inviabilize um sistema que traz resultados comprovadamente positivos em países como o Canadá.

Ele lembra que o espírito da Progressão Continuada prevê um tratamento diferente em relação ao aluno, que passaria a ter um acompanhamento individual, tendo seu ritmo de aprendizagem e suas condições psicológicas respeitados. “Não dá para pensar que todos aprendem da mesma maneira. O fato de uma criança ter dificuldades em matemática, não quer dizer que ela seja burra. Pode haver outros motivos que façam com que ela não aprenda como o esperado”, enfatizou Cortella. Para ele, o problema não é o projeto em si, mas a maneira como ele foi implantado.

Não é só isso. Segundo o presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), Carlos Ramiro de Castro, grande parte dos professores da rede pública ministra 32 aulas semanais para poder se sustentar, enquanto a Progressão Continuada determina ape-

nas 20. Conforme o projeto, o educador deveria utilizar um período do dia para dar aulas e o outro para se preparar.

Ramiro Castro continua dizendo que o sistema educacional do País carrega consigo inúmeras deficiências que não são recentes. Ao longo dos anos, o número de alunos por sala de aula triplicou, o corpo docente não foi e não é preparado para as mudanças dos chamados ‘pacotes educacionais’, sem contar as alterações sofridas pela grade curricular: as aulas caíram de seis para cinco no período matutino e vespertino e de cinco para quatro no noturno.

Professor há 32 anos, Castro afirma que a APEOESP não é contra o novo sistema, mas, assim como Cortella, acha que “começou errado”. “A Progressão Continuada foi implantada sem o aval dos professores, dos pais dos alunos e da comunidade. Ela foi imposta sem ser discutida e ninguém estava preparado para trabalhá-la”, indignou-se, frisando que investir na Educação é o primeiro passo para que o projeto possa dar bons frutos. “Do jeito que está, está mais para promoção automática do que para Progressão”, alfinetou.

Apesar dos problemas encontrados, a reprovação é considerada falida e ultrapassada por professores e pesquisadores. A professora de Psicologia Escolar da USP, Maria Helena Souza Patto, autora do livro “A Produção do Fracasso Escolar”, explica que a repetência não é solução e pode trazer sérias consequências. Nada desmotiva mais uma criança a estudar do que repetir de ano e ser taxado como “burro” pelos professores, pais e colegas. Os sentimentos de incompetência e fracasso derrubam a auto-estima do aluno, fazendo com que ele não acredite mais em si mesmo. Há um estereótipo de que todo repetente é problemático e precisa de auxílio psicológico. Em sua tese, Maria Helena constatou que os próprios professores rotulam o estudante, que possui dificuldades e passa por terapia, como “um caso perdido”. Para Maria Helena, o fracasso escolar é fracasso da escola e não na escola. ●

Mercosul: principal compromisso da agenda da política externa brasileira

Em seu discurso de posse, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva salientou que a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e instrumento do desenvolvimento nacional. “De pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo”, disse. E o ponto de partida desta nova perspectiva da política externa é a integração da América do Sul. E isto será feito fortalecendo o Mercosul. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, reafirma a intenção do governo brasileiro de resgatar e reparar o bloco do cone sul. “A formação de um espaço econômico unificado, com base no livre comércio e em projetos de infra-estrutura, terá repercussões positivas tanto internamente quanto no relacionamento da região com o resto do mundo”, afirmou.

Atrás do discurso de unificação dos interesses do continente está o projeto estratégico de negociar com a União Européia, Estados Unidos e Ásia em condições mais favoráveis. Em outras palavras: romper barreiras comerciais aos produtos brasileiros e eliminar os subsídios agrícolas dos países desenvolvidos. Dentro desta linha de ação, o governo brasileiro tratará a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) com cautela. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, a avaliação sobre a participação ou não na ALCA e qual sua dimensão será feita em conjunto com a sociedade civil. “O objetivo é aprofundar o diálogo por meio de ações que promovam maior transparência e enfatizem

as implicações do processo de integração do hemisfério”.

E quando se fala em ALCA, fala-se principalmente na relação comercial com os Estados Unidos, país que terá do Brasil, pelas declarações do presidente Lula, “uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo”. A considerarmos que a política externa levará em conta o ser humano como o último destinatário do resultado das negociações, os Estados Unidos precisarão mais do que paciência para ter o Brasil como país membro do bloco das Américas.

O ministro Celso Amorim já disse que a prioridade é o Mercosul. Que a Argentina é o pilar de sua construção. E a recomposição do cone sul implicará mais adiante na “sedução” da Venezuela e da Colômbia, vizinhos que vivem situações difíceis, para a integração da América do Sul.

Na intenção de contribuir para a solução pacífica das crises destes países, o Brasil surge como liderança. “Não uma liderança de hegemonia”, esclareceu o ministro Celso Amorim. “Mas uma liderança construída a partir do nosso desenvolvimento interno, do respeito ao direito internacional, da busca de solução pacífica para controvérsias, do combate a todas as formas de discriminação e da defesa dos direitos humanos e do meio ambiente”, afirmou.

O que se quer, segundo o ministro, é uma América do Sul politicamente estável, socialmente justa e economicamente próspera. “Não apenas por natural solidariedade, mas em função do nosso próprio progresso e bem-estar”, resumiu.

ULAPSI – O presidente do Conselho Federal de Psicologia, Odair Furtado, aplaude a disposição do novo governo em reativar o Mercosul, como pólo de negociação com a ALCA. “Para fazer frente a blocos fortíssimos, como a UE e EUA e Canadá, o país precisa estar fortalecido” elogia. “Lula está correto em querer construir uma aliança em toda a América do Sul a partir do Mercosul e de parcerias com a Venezuela e Colômbia”, acrescenta Odair. “É uma preocupação legítima com a democratização e estabilidade dos países vizinhos e com a criação com mercados onde o Brasil tem ainda dificuldades”, disse.

Segundo Odair, restabelecer o Mercosul representa também proteger a psicologia latino-americana da ação predatória dos Estados Unidos. Ele lembra que a ULAPSI (União Latino-americana de Entidades de Psicologia) surgiu na esteira do Mercosul e vem integrando a psicologia dos países do continente em direção ao bem-estar da população, no apoio à construção da democracia e promoção da tolerância, equidade, liberdade, pluralidade, responsabilidade e solidariedade sociais. Estes compromissos não seriam assumidos pela psicologia dos Estados Unidos que, ao contrário, teria toda a força de seu capital para sufocar o mercado brasileiro e dos demais países

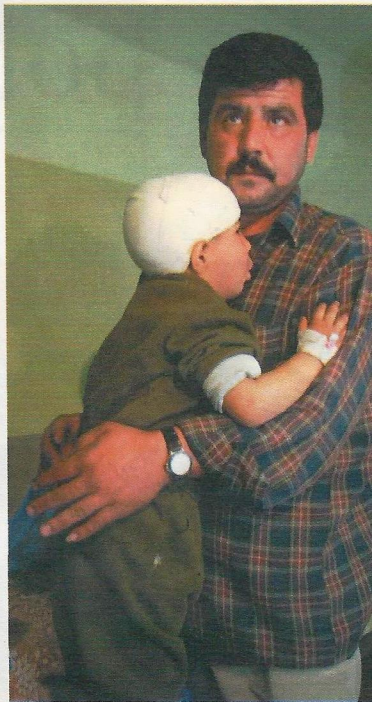
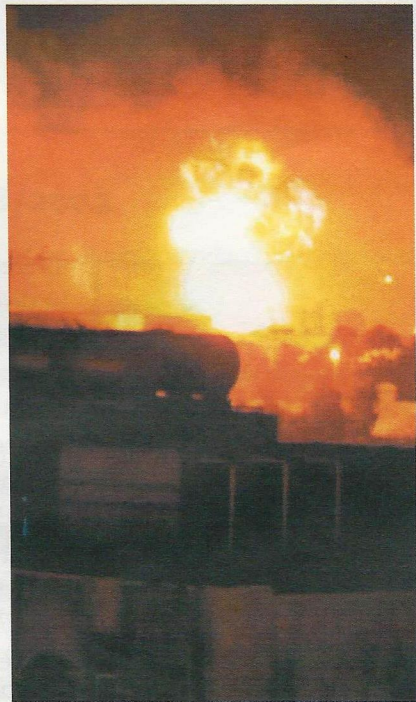
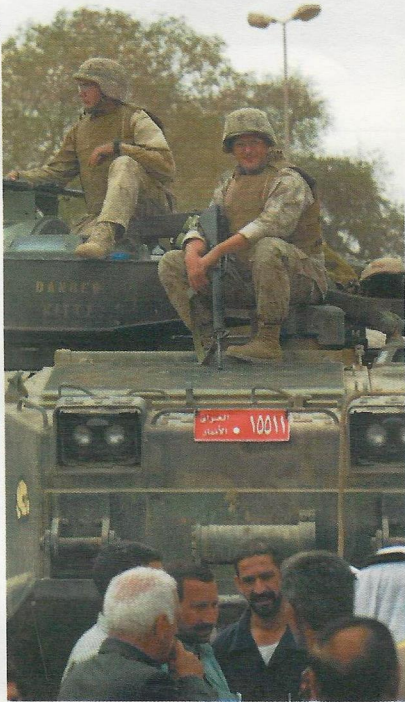
Um Mercosul recuperado poderia, além de barrar este arrastão americano, normatizar os cursos e a burocracia a fim de facilitar o intercâmbio das práticas da psicologia da América Latina, desde o México até o Chile. ●

Movimento pela paz do FMS influencia governos e povos contra a guerra no Iraque

A Marcha de abertura do Fórum Social Mundial, do dia 23 de janeiro, reuniu 70 mil vozes que gritaram um não à política intervencionista dos Estados Unidos nos países que não seguem a cartilha de seu proponente, o presidente George Bush. O protesto contra a ação militar se estendeu, porém, a todas as instituições e regimes patrocinados pelos americanos, vistos como nocivos e inadequados para o mundo. Leia-se Fundo Monetário Internacional, a Área de Livre Comércio das Américas e o neoliberalismo.

Embora a Marcha e o próprio FSM não tenham impedido a ação militar anglo-americana, o movimento pela paz foi ouvido por todos os povos e continua ecoando inclusive nos gabinetes governamen-

Fotos: Juca Varella/Folha Imagem



Fórum Mundial de Educação

O Fórum Mundial de Educação (FME), ocorrido entre os dias 19 e 22 de janeiro, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, foi mais do que um encontro de educadores, psicólogos e pesquisadores em busca de melhoria educacional. Foi o palco de discussões e reflexões para tentar dar um basta à decadência e, principalmente, à ausência do ensino em muitos países do mundo.

Segundo dados da UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – divulgados no FME, a exclusão do acesso à educação já atinge 875 milhões de pessoas em todo o planeta, das quais 110 milhões são crianças de 6 a 12 anos, dado mais do que suficiente para desencadear grandes debates.

Foram discutidos os seguintes itens: o preconceito que reproduz a discriminação de determinadas culturas frente a outras; a necessidade de articulação da educação com outras instâncias das políticas públicas, tentando retirar, sobre a escola, um discurso ingênuo de que a educação tem de dar conta da desigualdade social; educação de índios e crianças que participam do Movimento Sem Terra (MST); e as formas utilizadas para gerar conhecimento. Há quem defenda que o conhecimento é uma mercadoria que pode ser acessada.

Juca Varella/Folha Imagem



Ana Carolina Fernandes/Folha Imagem



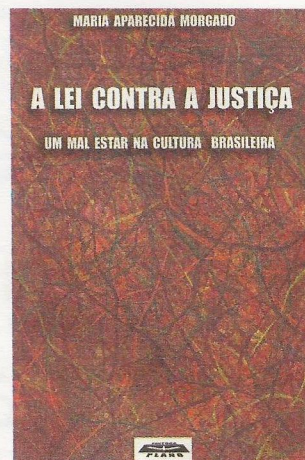
tais da Europa. Professor de sociologia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Emir Sader diz que o conjunto de mobilizações foi decisivo para gerar forças de oposição aos americanos e isolá-los politicamente. Países, que sempre aceitaram a liderança americana, como França, Bélgica e Alemanha, voltam-se agora contra o histórico aliado. “Os sacolejos da guerra terão, também, efeitos diretos na situação política de países como a Inglaterra, a Itália e a Espanha, cujos governos se chocaram com a grande maioria da população”, observa o sociólogo da UERJ.

O assessor especial do presidente Lula, Frei Betto, também acredita que o movimento pela paz produziu reações de ordem psicosocial, cultural e ideológica que dividiram as forças no planeta. Para ele,

“ao desrespeitar e atropelar ONU, e ignorar os pedidos pela paz, os americanos cometeram um grave erro político que poderá mudar a ordem mundial”.

Os movimentos pela paz, que se sintetizaram no Fórum Social Mundial, continuam reverberando e influenciando governos e opiniões. No Brasil, não foi diferente. Frei Betto diz que o governo brasileiro, em sintonia com FSM, foi soberano, enérgico e corajoso ao criticar a agressão militar americana no Iraque. Tanto Emir Sader como Frei Beto são da opinião de que os tambores da Marcha do dia 23 em Porto Alegre seguem a trajetória de despertar povos e nações contra o novo colonialismo perpetrado pelos Estados Unidos, que alia intervenção militar à hegemonia econômica. ●

A legitimação de ações criminosas praticadas por policiais



A lei contra a justiça: um mal-estar na cultura brasileira.

MORGADO, Maria Aparecida. Brasília, DF: Editora Plano, 2001, 175p.



Flávio Florido/Folha Imagem

Maria Aparecida Morgado, psicóloga e Dra em Psicologia Social pela PUC, São Paulo, professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, aborda, nesse livro, um tema bastante intrigante: como que uma ação considerada criminosa, perante o sistema de leis no Brasil, é apoiada por uma parcela significativa da população, quando praticada por sujeitos que têm como profissão e tarefa a segurança da sociedade? Por que essa ação é consentida quando os sujeitos privados de sua vida são considerados, por essa parcela da sociedade, como pessoas delituosas e, portanto, passíveis de serem punidos com a eliminação física?

Nesse sentido, a autora investiga dois casos em que essas questões são contempladas. O primeiro refere-se à execução de um jovem de dezoito anos, residente em Cuiabá (MT), morto pela polícia militar, quando saía com seu carro, de uma lanchonete da cidade. O segundo trata do Massacre da Casa de Detenção, em São Paulo, que envolveu a execução de 111 detentos, pela tropa de choque da Polícia Militar, em outubro de 1992.

A partir de um relato criterioso e detalhado dos dois eventos - um individual e outro coletivo - a autora direciona seus estudos para uma análise psicossocial desses casos, associando a relação que a população trava com a violência da polícia militar, revelando processos psicológicos universais subjacentes à aprovação e ao rechaço das execuções em pauta.

Os processos de identificação que, conforme a teoria psicanalítica, propiciam a

diferenciação do ego e do superego, a partir do id, assim como a formação do superego, são considerados fundamentais, para a compreensão do problema abordado.

Os dois modos de funcionamento do superego, um calcado na vertente moral edipiana, vinculado às leis universais da cultura, e o outro baseado na vertente pulsional do id, cuja energia destrutiva é descarregada sem mediação, coexistem na vida psíquica dos sujeitos que aprovam e que rechaçam ações dos policiais abordadas no livro.

Articulando a psicanálise ao estudo desse evento social, a autora, entende que a aprovação da ação policial que resultou no massacre dos 111 presidiários da Casa de Detenção, decorreu da identificação sustentada na vertente pulsional do superego sem a mediação psíquica que poderia advir do apego às leis universais.

No episódio ocorrido em Cuiabá, o rechaço social à ação policial homicida foi mais expressivo e contundente do que as manifestações de aprovação, ainda que as primeiras notícias veiculadas por meios de comunicação locais tenham se baseado, em grande parte, na versão policial que tentou construir uma identidade criminosa para o rapaz.

Ao concluir a pesquisa, Maria Aparecida Morgado demonstra que os vínculos identificatórios determinam a aprovação e o rechaço dessas execuções levadas a termo pelos policiais, ou seja, em termos psicossociais, as manifestações de aprovação resultam da identificação com o policial, enquanto que as manifestações de rechaço resultam da identificação com a vítima.

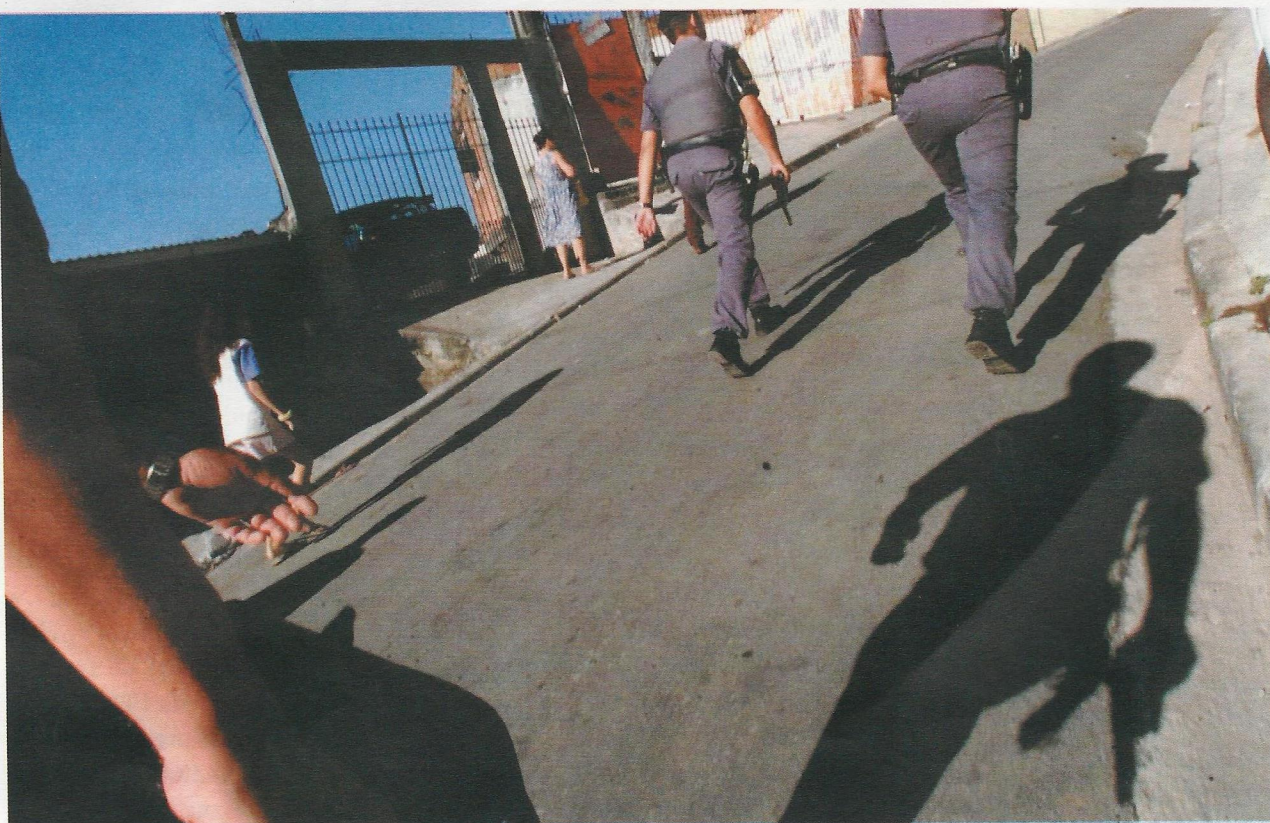
O livro, disponível nas boas livrarias, tem uma dimensão educacional profunda, pois desnaturaliza a tão freqüente omissão da sociedade brasileira a esse tipo de violação dos direitos humanos. Em vez de indignação popular, o que tantas vezes se verifica são comportamentos políticos legitimadores da ilegalidade das práticas policiais contrárias ao direito à vida.

A Lei Contra a Justiça deve ser lido, não apenas para compreensão do fenômeno em foco, mas também para permitir a autocrítica das práticas sociais contrárias à justiça, caracterizadas pela autora como “um mal-estar na cultura brasileira”.

Anna Maria Penalva Mancini

Psicóloga, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso, professora do Instituto de Ciências e Letras do Médio Araguaia da Universidade Federal de Mato Grosso. carolanda@uol.com.br

Márcio Fernandes/Folha Imagem



Estante

Burnout: Quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador.

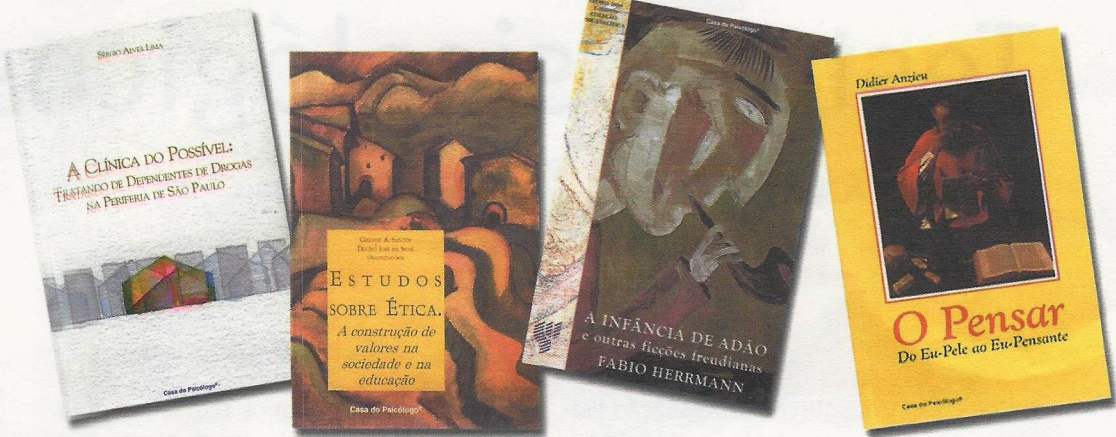
Organizado por Ana maria T. Benevides Pereira. A obra trata de uma dos maiores males que a sociedade moderna enfrenta: o burnout, um processo que se dá em resposta à cronificação do estresse ocupacional. A síndrome traz consigo conseqüências negativas tanto em nível individual, como profissional, familiar e social. Na esfera institucional, os efeitos são diminuição da produção e prejuízo financeiro. O livro é fruto da dedicação de profissionais que acreditam que o mundo do trabalho possa se instituir num espaço de prazer. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, 282 págs., R\$ 34,00.

Relação Mãe-Feto : Visão atual das Neurociências e, Encontro com Michel Odent: A Humanização do Nascimento .

Organizado por Marie Claire Busnèl, Yusaku Soussumi e Iole da Cunha. O livro reúne num mesmo volume os textos dos trabalhos apresentados no V e VI Encontros da ABREP, realizados respectivamente em novembro de 1999 e setembro de 2000. Dentre as conferências estão “A sensorialidade do feto e do recém-nascido”, “Os efeitos do estresse materno sobre o feto e o recém-nascido”, “Comunicação entre mãe e feto”, “O parto explicado através da linguagem da filosofia” e “Os hormônios do amor”. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, 188 págs., R\$ 23,00.

O psicólogo e a promoção de Saúde na Educação.

Obra de Maria de Lourdes Jeffery Contini. O livro discute a atuação do psicólogo na Educação, na perspectiva da promoção de Saúde. A discussão baseia-se numa pesquisa em que foi possível observar um quadro que aponta para sujeitos em processo de mudança, cuja marca fundamental, implica numa nova conceitualização de Saúde no trabalho do psicólogo na Educação. Tal conceito refere a uma visão de Saúde que se relaciona diretamente com o modo de vida da população, indo além do binômio saúde/doença, ou seja, a Saúde entendida como uma construção histórica do homem como resposta a sua inserção numa determinada organização social. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, 183 págs., R\$ 22,00.



Escuta e Subjetivação: A escritura de pertencimento de Clarice Lispector.

Organizado por Dany Al-Behy Kanaan. O livro é bem escrito e atinge tanto o público interessado especificamente na obra de Clarice Lispector quanto leitores pertencentes ao campo das teorias e práticas subjetivas, já que a análise que faz o texto clariceano abre caminho para uma discussão acerca da escuta, da construção de laço de pertencimento, temas caros ao universo da clínica. Embora haja outros bons livros que aproximem a leitura da obra de Clarice a aspectos do exercício clínico, o trabalho de Dany se destaca pela maneira original com que ele aborda o texto clariceano como uma chave para a análise da função da escuta e do impacto da linguagem na reconfiguração da experiência subjetiva. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, 213 págs., R\$ 26,00.

A Clínica do Possível: Tratando de Dependentes de Drogas na Periferia de São Paulo

Obra de Sérgio Alves Lima. O propósito do livro é explícito: relembrar à psiquiatria e às diversas psicologias seus compromissos com os valores humanos fundamentais, isto é, liberdade, igualdade, fraternidade e direito à felicidade criadora. Ao falar de “drogas”, “dependência química” ou “drogadição”, corre-se o risco de moralizar uma questão que surge para denunciar os aleijões da moralidade dominante. Os saberes psicológico-psiquiátricos não escapam da ameaça. O autor, a partir disso, pergunta por que os profissionais escorregam tão facilmente nessa armadilha. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, 170 págs., R\$ 21,00.

Estudos sobre Ética: A construção de valores na sociedade e na educação.

Organizado por Gislene A. Santos e Divino José da Silva. O livro reúne artigos que discutem, a partir de uma visão multidisciplinar, os valores presentes na sociedade brasileira e as condições que nos permitiriam, por meio da educação e da ação política, construir uma democracia na qual os afetos fossem considerados como um dos pontos de equilíbrio das relações que os homens tecem nos espaços públicos. Os autores questionam não só as práticas cotidianas que nos levam a agir ou não agir motivados por nossos valores e preceitos, mas também toda uma cultura que exclui as possibilidades de pensar e fazer de novo, o diferente. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, 376 págs., R\$ 45,00.

A infância de Adão e outras ficções freudianas.

Obra de Fábio Herrmann. Adão recorda sua inexistente infância, numa análise com Deus, no zôo da cidade. A teoria do caso envolve o projeto da torre de Babel, a última decifração dos hieróglifos, a descoberta de qual é o verdadeiro Deus, a candidatura da mulher a Messias e muitos outros plágios descarados. A Psicanálise nasceu do casamento da medicina com a literatura. Essas e outras ficções freudianas procuram trazê-la de volta. Este livro de contos pode ser percorrido em várias ordens e em espíritos diferentes: como histórias de mistérios, como um retrato da orla que vivemos, como exercício de psicanálises apenas possíveis. A escolha cabe ao leitor, mas também cabe a ele decifrar quem fez o que foi feito. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, 188 págs., R\$ 23,00.

O Pensar Do Eu-Pele ao Eu-Pensante.

Obra de Didier Anzieu. O livro trata do estudo da constituição do psiquismo, considerando a passagem do “eu-pele” para o “eu-pensante”. A primeira parte agrupa em 45 propostas, acompanhadas de comentários, as instâncias psicanalíticas da atividade do pensar: conceber, julgar, racionar, ordenar. A segunda parte apresenta oito funções do pensar derivadas do “eu-pele”, que são ilustradas por reproduções de trechos de casos clínicos extraídos da cura psicanalítica: manutenção, continência, constância, significância, correspondência, individualização, energização, sexualização. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, 219 págs., R\$ 26,00.



Testes psicológicos em análise

A Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica do Conselho Federal de Psicologia (CFP) analisa, desde o final do ano passado, a eficácia de 160 testes psicológicos que estão no mercado editorial. O objetivo é verificar a validade e a autenticidade dos mesmos, garantindo a qualidade dos instrumentos utilizados para muitas finalidades em Psicologia e que as editoras não sejam as únicas responsáveis pela palavra final sobre os testes.

Os testes, considerados eficientes ferramentas de trabalho quando feitos com embasamento científico, surgiram pela primeira vez no final do século XIX, sendo que os chamados “testes mentais” foram aplicados na França em 1905. Segundo a psicóloga Regina Sônia Gattas Fernandes do Nascimento, professora da PUC-SP e membro da Comissão, se aplicados em algum tipo de avaliação, sem o embasamento da pesquisa, os testes podem criar dificuldades para o profissional. A natureza dos problemas é especialmente jurídica. “Muitas pessoas acabam processando os psicólogos, se prejudicadas na avaliação. A grande questão é a aplicação de técnicas sem embasamento científico, o que mostra incompetência profissional e trabalho pouco ético”, afirmou.

Se o instrumento de avaliação não tiver fundamentação, o resultado pode não ser correto e fiel. No recrutamento profissional, por exemplo, a aplicação de um teste inadequado pode acarretar na exclusão do melhor candidato e em prejuízo à empresa que contrata um trabalhador sem o perfil.

A Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica é composta por cinco psicólogos e o resultado da análise será conferida por outros 40 consultores voluntários de todo o País. Por meio de uma escala com diversos itens que vão de data a método de elaboração, eles verificam a compati-

bilidade dos testes com os requisitos mínimos exigidos pelo Conselho Federal – definidos em plenária este ano e regulamentados pela Resolução CFP nº 002/2003.

Dentre os testes analisados, sabe-se que muitos possuem fundamentação teórica e estão dentro dos parâmetros internacionais. No entanto, muitos estão defasados e, se não forem atualizados, podem causar danos à população. “Há testes que ficaram muito tempo desatualizados. Qualquer instrumento de trabalho e a própria teoria passam por evoluções. O nosso intuito é acompanhar esse processo e deixar claro ao psicólogo o que é válido ou não”, ressaltou Regina.

Averiguar a procedência e a validade dos instrumentos é, acima de tudo, uma questão de responsabilidade para melhorar o trabalho do profissional de Psicologia. Conforme a professora, existem alguns setores que se baseiam nos testes para dar suas avaliações. É um instrumento de orientação que tem de ser, necessariamente, confiável. Caso contrário, o profissional nunca saberá se o resultado do teste está correto ou equivocado. “Se o instrumento não tiver os requisitos mínimos exigidos pelo CFP, o psicólogo ficará sempre no ‘eu acho que’”, comentou Regina.

Mesmo que os instrumentos possuam os tais requisitos, o coordenador do mestrado em Avaliação Psicológica da Universidade São Francisco, Ricardo Primi, alerta que a validade do teste varia de acordo com cada interpretação e contexto. Segundo ele, a mesma avaliação pode ser funcional em uma determinada área, mas pode não ser em outra. “Não é porque funciona no contexto da Saúde que vai funcionar no contexto da Educação”, disse.

Primi afirma que, teoricamente, o psicólogo é capacitado para distinguir a funcionalidade, a qualidade do teste, saber



se possui ou não credibilidade científica e onde aplicar os instrumentos disponíveis. Entretanto, devido à má formação acadêmica e à falta de interesse dos próprios estudantes, alguns psicólogos não apresentam real conhecimento dos princípios científicos da avaliação psicológica para as matérias de psicomетria e estatística. “Participamos, inclusive, no processo de anulação de duas questões do Provão que estavam erradas”, contou ele.

A Comissão Consultiva termina a avaliação dos testes entre maio e junho. A partir dessa data, o CFP pretende publicar todos os testes aprovados para facilitar o acesso dos instrumentos aos psicólogos. Mesmo com a finalização da análise dos 160 testes, o processo continuará aberto. Aqueles que quiserem ter seus testes avaliados (mesmo que não seja para comercialização), podem enviar uma carta ao CFP com duas cópias do teste.

Os Conselhos de Psicologia estão trabalhando, com a colaboração de muitos psicólogos, para garantir a qualidade do serviço prestado à sociedade brasileira. O endereço do Conselho Federal de Psicologia é: SRTVN Quadra 702, Edifício Radio Center, sala 4024 A Brasília - Distrito Federal - CEP 70719-900.

INFORME PUBLICITÁRIO

Formação em Hipnose

Instituto Milton H. Erickson de São Paulo
& Instituto de Hipnoterapia Educativa

**Destinado à Psicologia
Clínica e Hospitalar**

Hipnoterapia Ericksoniana em 178hs

Hipnoterapia Educativa em 178hs

Fone: (11) 5585 3372 Fax: (11) 577 3692

E-mail: miltonerickson@hipnoterapia.com.br

Site: www.hipnoterapia.com.br

Inscrições Abertas

CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE

Coordenação: Ernesto Duvidovich e Walkiria Del Picchia Zanoni

Início: agosto de 2003 / Duração: 6 semestres

Horários: 3ª feira: das 19h30 às 22h30 ou

5ª feira: das 18h às 21h

Informações: 11 3864-2330 / 3865-0017

Rua Alm. Pereira Guimarães, 378 - Pacaembu / SP

www.centropsicanalise.com.br/cep@centropsicanalise.com.br

Livraria Pulsional - Centro de Psicanálise
Oferece no 1º semestre de 2003

**Cursos Breves, Oficina de Textos
Psicanalíticos e Painéis de Debates**

Informações e inscrições

Telefax: (11) 3675-1190, 3672-8345

e-mail: pulsional@uol.com.br

**visite
nosso
site**

www.crpssp.org.br

Programa Diversidade

A Psicologia continua marcando presença na TV por meio do programa Diversidade, uma parceria do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo com a TV PUC. Apresentado pela presidente da autarquia, Ana Bock, o programa é transmitido pelo Canal Universitário e a estréia de um novo tema é toda primeira quinta-feira do mês (Canal 15 da NET e da TVA). Quem perder pode assistir os reprises que a emissora passa durante todo o mês.

Em maio e junho o Diversidade será reprisado nas seguintes datas:

Maio	Junho
dia 2 – 08h30	dia 6 – 08h30
dia 3 – 17h30	dia 7 – 17h30
dia 4 – 13h00	dia 8 – 13h00
dia 7 – 02h30	dia 11 – 02h30
dia 7 – 13h00	dia 11 – 13h00
dia 15 – 08h30	dia 19 – 08h30
dia 25 – 22h00	dia 29 – 22h00



TV Futura

As dimensões subjetivas do cotidiano podem, agora, ser assistidas pela televisão. Uma parceria do Conselho Federal de Psicologia (CFP) com a TV Futura produziu oito programas que observam o dia-a-dia por várias perspectivas:

- **Viva a diferença!** – A diversidade humana é o tema debatido nesse programa.
- **Trabalho, trabalho** – Em foco, a atividade fonte de realização; fonte de sofrimento.
- **Eu lembro, eu sou** – A formação de grupos sociais a partir da participação de cada um.
- **Liderança, profissão impossível** – Os elementos subjetivos que envolvem a construção de uma liderança.
- **Razão e emoção** – Como quebrar esta dualidade e integrar razão e sensibilidade.
- **Indivíduo coletivo** – Experiências de estar só e de estar junto.: a formação do eu.
- **Você tem medo de quê?** – O medo como sentimento; como elemento da dimensão subjetiva. Um medo muito objetivo!
- **Com quem você está falando!** – A dimensão subjetiva da subalternidade é o tema deste programa.

As cópias dos programas são oferecidas gratuitamente pelo CFP para instituições com finalidades sociais. Informações pelo fax: (61) 328-1728 ou pelo email: federal@pol.org.br.

Nota de Falecimento

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo torna público o pesar pelo falecimento de seu funcionário, Márcio Ribeiro Olímpio, e presta solidariedade à família do colega.

Balanço financeiro

PERÍODO DE 01/01/2002 a 31/12/2002 (expresso em reais-eliminado centavos)

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo apresenta o balanço financeiro do ano de 2002. Esta demonstração propicia informar, sucintamente, o resultado das contribuições e suas aplicações no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro.

RECEITAS	
Receitas de Contribuição	6.083.715
Receitas de Contribuições de anos anteriores	741.505
Receitas Patrimonial	257.217
Receitas de Serviços	74.462
Outras Receitas	468.626
Total das Receitas Brutas	7.625.526
TRANSFERÊNCIAS (-)	
Conselho Federal de Psicologia - Cota Parte	1.908.194
Total das Receitas Líquidas	5.717.332
DESPESAS (-)	
Pessoal, Encargos Trabalhistas e Diárias	1.864.519
Materiais de Consumo	140.808
Energia Elétrica, Telefonia, Postagem e Água	370.441
Limpeza, segurança manutenção	110.433
Impressão de Jornal, Folders e Cartazes	362.975
Transporte e Hospedagem	126.166
Congresso, Fóruns e Eventos	797.788
Serviços de Assessoria	352.241
Aluguel, Condomínio e Locação	42.932
Imposto, Taxas e Tarifas Bancárias	134.121
Provisionamento de Despesas	115.589
Total das Despesas de Operações	4.418.014
INVESTIMENTOS (-)	
Instalações	23.948
Equipamentos	17.832
Total dos Investimentos	41.780
SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	1.257.538
SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR	411.416
SUPERÁVIT FINANCEIRO ACUMULADO EM 31/12/2002	1.668.954

NOTAS RELEVANTES

Esta Demonstração de Resultado é uma adaptação do Balanço Financeiro exigido pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e suas atualizações. Em 31 de dezembro de 2002 o CRP-SP mantinha 49.571 psicólogos inscritos ativos e 1.740 pessoas jurídicas inscritas ativas;

Célia Pereira de Oliveira
Contadora | CRC1SP-131195

André Isnard Leonardi
Conselheiro tesoureiro

Avaliação Psicológica será discutida em grande evento

Acontece em Campinas, de 23 a 26 de julho, o I Congresso Nacional de Avaliação Psicológica e a IX Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas de Contexto.

Destinado a psicólogos, educadores, pesquisadores e profissionais ligados às áreas de Saúde e Educação, o encontro discutirá os contextos das avaliações Escolar, Clínica, Organizacional , Trabalho, Social , Comunitário, Hospitalar, Saúde, Forense, Trânsito e Transporte.

O Congresso está sendo organizado pelo Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica – IBAP, Universidade São Francisco e PUC-SP. (Inscrições encerradas)

Banco do Brasil atrasa emissão de carnês e cartas

Psicólogos de todo o País receberam o carnê de pagamento da anuidade de 2003 com atraso, muitos, após o vencimento da primeira parcela (31/01). O motivo, segundo o Banco do Brasil, foi de ordem operacional.

Os Conselhos Regionais de Psicologia cumpriram o prazo. Todos os arquivos para a emissão dos carnês foram enviados ao Conselho Federal em dezembro e os documentos foram repassados ao banco no início do ano.

Para reparar o erro, o Banco do Brasil ficou de enviar uma carta aos profissionais desculpando-se pelo transtorno e informando que as parcelas de fevereiro e março deveriam ser pagas normalmente. A de janeiro poderia ser quitada em abril sem qualquer ônus.

No entanto, ocorreu novo atraso. As cartas deveriam chegar às residências dos psicólogos até o dia 14 de fevereiro. Entretanto, começaram a ser entregues somente a partir do dia 24.

Apesar do esforço para que os carnês chegassem a tempo, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP) pede desculpas aos seus inscritos e promete utilizar todos os recursos possíveis para que isso não se repita.